

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2018/050968

RECORRENTE: HIVNA LORENA PINHEIRO BISPO

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: P000759539

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

**EMENTA: Multa por infração ao Art. 193 do CTB, “Transitar com o veículo em acostamentos”. Meras alegações. Nada argui em matéria de Direito. Recurso CONHECIDO e IMPROVIDO.**

#### Relatório.

Trata-se de Recurso interposto em face de expedição de Auto de infração de Trânsito nº **P000759539**, por infringir o **Art. 193 do CTB, “Transitar com o veículo em acostamentos”,** na data de **15/06/2018**, Código: 581-9/7, na Rodovia BA528, Km 7 – SALVADOR – AGUAS CLARAS – BASE NAVAL, na cidade de SALVADOR.

A Recorrente aduz que: *“estava levando minha mãe para consulta pós-operatória. Quando ela começou a me dizer que estava se sentindo mal. Para poder prestar uma melhor assistência, sinalizei e parei no acostamento.”* A Recorrente junta a documentação obrigatória, como CNH, CRLV, TERMO DE RESPONSABILIDADE DE INTERNAMENTO HOSPITAL EVANGÉLICO DA BAHIA E FICHA DE INTERNAMENTO.

É o relatório.

#### Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que concerne à tempestividade e capacidade postulatória. Verifico que as razões recursais NÃO atendem aos interesses legais da recorrente, visto que a Recorrente não consegue rechaçar a legalidade e subsistência do auto de infração, pois não há qualquer irregularidade no seu registro, já que em seu bojo constam todos os elementos que a lei determina como obrigatórios, uma vez que o AIT possui todos os elementos constante no rol do art. 280 do CTB.

**Portanto, torna-se frágil as alegações, pois, são incapazes de alterar a pretensão punitiva estatal.**

Isto posto, verifico que as razões recursais **NÃO** atendem aos interesses do recorrente, desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **IMPROVIDO**, pelas razões ora expostas, julgando o Registro do Auto de Infração nº **P000759539** válido, mantendo-se a responsabilidade da proprietária do veículo, **HIVNA LORENA PINHEIRO BISPO**.

#### Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº **P000759539**, pelas razões de direito aqui expostas. Recurso Conhecido e improvido.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 24 de agosto de 2021.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Suplente em Exercício/ SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Secretário interino da JARI